

# **ANABBPprev**

## **Fundo de Pensão Multipatrocinado**

### **REGULAMENTO DO PLANO ANABBPprev 2**

## Sumário

CAPÍTULO I – DO OBJETO .....	3
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES .....	3
CAPÍTULO III – DOS PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS.....	7
Seção I – DO INGRESSO DO PARTICIPANTE .....	7
Seção II – DA PERDA DA QUALIDADE DE PARTICIPANTE.....	8
Seção III – DA REINSCRIÇÃO .....	9
Seção IV – DOS BENEFICIÁRIOS .....	9
CAPÍTULO IV – DO SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO .....	10
CAPÍTULO V – DAS CONTAS DO PLANO.....	10
CAPÍTULO VI – DOS BENEFÍCIOS E SUAS CARACTERÍSTICAS .....	11
Seção I – DA APOSENTADORIA PROGRAMADA.....	11
Seção II – DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ .....	11
Seção III – DA PENSÃO POR MORTE DE PARTICIPANTE ATIVO OU ASSISTIDO .....	12
Seção IV – DAS OPÇÕES DE PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS .....	12
CAPÍTULO VII – DOS INSTITUTOS.....	14
Seção I – DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD) .....	15
Seção II – DA PORTABILIDADE .....	16
Seção III – DO RESGATE .....	17
Seção IV – DO AUTOPATROCÍNIO.....	18
Seção V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	19
CAPÍTULO VIII – DA CONTRATAÇÃO DE SEGUROS .....	19
CAPÍTULO IX – DO PLANO DE CUSTEIO .....	20
Seção I – DAS CONTRIBUIÇÕES .....	20
Seção II – DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES.....	21
Seção III – DAS CONTRIBUIÇÕES DA PATROCINADORA .....	21
Seção IV – DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES.....	23
CAPÍTULO X – DO CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS .....	24
CAPÍTULO XI – DAS ALTERAÇÕES DO PLANO .....	24
CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	25
CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS .....	26

## **CAPÍTULO I – DO OBJETO**

Art. 1º. Este regulamento estabelece os direitos e as obrigações da Patrocinadora, dos Participantes, dos Assistidos, dos Beneficiários e da ANABBPprev – Fundo de Pensão Multipatrocinado, em relação ao Plano de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de contribuição definida por si administrado.

Parágrafo único. O Plano de Benefícios previsto no caput deste artigo, intitulada ANABBPprev 2, também denominado Plano de Benefícios ou simplesmente Plano, será regido por este regulamento e pelo Estatuto Social da ANABBPprev – Fundo de Pensão Multipatrocinado, também denominada ANABBPprev.

## **CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º. Para efeito deste regulamento entende-se por:

- I. **AUTOPATROCÍNIO:** é o Instituto que faculta ao Participante manter o valor da sua contribuição e da contribuição da Patrocinadora, na perda parcial ou total da remuneração recebida, de modo a assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes à remuneração ou em outros níveis definidos pelas normas regulamentares.
- II. **BENEFICIÁRIO:** pessoas indicadas pelo Participante para receber benefício previsto no Regulamento do Plano, em decorrência do seu falecimento. **BENEFICIÁRIO:** pessoas indicadas pelo Participante para receber benefício previsto no Regulamento do Plano, em decorrência do seu falecimento.
- III. **BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO:** benefício concedido ao Participante quando preenchidas todas as condições de elegibilidade.
- IV. **BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD):** Instituto que faculta ao Participante cessar a contribuição mensal e optar por receber no futuro Aposentadoria Programada, calculada com base nas regras do Plano de Benefícios, em razão da cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora.

- V. CONTA BENEFÍCIO:** conta individual do Participante ou do seu Beneficiário criada no ato da concessão do benefício para receber os recursos da Conta Participante e da Conta Patrocinadora, que servirá de base para calcular os Benefícios Previdenciários previstos no Plano.
- VI. CONTA PARTICIPANTE:** saldo individualizado composto pela Contribuição Básica Mensal, pela Contribuição Eventual (aporte), pela rentabilidade dos recursos aplicados, descontadas as taxas administrativas, por eventual Portabilidade e indenização, se houver.
- VII. CONTA PATROCINADORA:** onde serão creditadas as contribuições da Patrocinadora, sendo composto pela Contribuição Básica Mensal, Contribuição Eventual, redistribuição, pela rentabilidade dos recursos aplicados, e individualizada por cada participante do plano ANABBP 2.
- VIII. CONTRIBUIÇÃO BÁSICA MENSAL DO PARTICIPANTE:** contribuição mensal obrigatória, integralizada pelo Participante para custeio do benefício, destinada à constituição da Conta Participante. O montante dessa reserva será atualizado de acordo com a rentabilidade líquida alcançada na aplicação dos recursos, descontadas as taxas administrativas.
- IX. CONTRIBUIÇÃO BÁSICA MENSAL DA PATROCINADORA:** contribuição mensal obrigatória, integralizada pela Patrocinadora para constituir Conta Patrocinadora, cujo montante é atualizado de acordo com a rentabilidade líquida alcançada na aplicação dos recursos.
- X. CONTRIBUIÇÃO EVENTUAL DA PATROCINADORA:** contribuição de natureza voluntária, não paritárias, fixadas em valores independentes dos vertidos pelos participantes, cabendo à Patrocinadora, estabelecer regra específica para distribuição do(s) valor(es) de forma não discriminatória, a todos os Participantes.
- XI. CONTRIBUIÇÃO EVENTUAL DO PARTICIPANTE – APORTE:** contribuição de natureza voluntária e esporádica realizada pelo Participante, a qualquer tempo.

- XII. CONVÊNIO DE ADESÃO:** instrumento jurídico através do qual o Instituidor ou Patrocinador adere ao plano de benefícios de natureza previdenciária administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e que prevê suas obrigações para com a referida Entidade, devidamente aprovado ao órgão fiscalizador competente.
- XIII. COTA OU COTA PATRIMONIAL:** significa uma fração representativa do patrimônio do Plano cuja variação corresponde a uma representação da rentabilidade líquida alcançada com a aplicação dos recursos.
- XIV. ELEGIBILIDADE:** condição fixada no Regulamento do Plano de Benefícios, que dá direito ao Participante de optar por um dos Institutos ou benefícios previstos.
- XV. ESTATUTO DA ANABBPprev:** é o documento normativo institucional que define a estrutura administrativa, cargos, atribuições e forma de funcionamento da entidade, aprovado pelo órgão fiscalizador competente.
- XVI. EXTRATO DO PARTICIPANTE:** documento disponibilizado periodicamente pela entidade ao Participante, que registra a movimentação financeira do plano, bem como o saldo da Conta Participante e da Conta Patrocinadora.
- XVII. ÍNDICE DE REAJUSTE:** INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE) – indicador utilizado para reajustar anualmente no mês de junho de cada ano: as contribuições básicas, o Valor Mínimo Mensal de Referência e o valor mínimo de contribuição.
- XVIII. INSTITUTO:** opção legal que o Participante, em razão da cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora, terá para utilizar seu Saldo de Contas, sendo eles Benefício Proporcional Diferido (BPD), Autopatrocínio, Resgate e Portabilidade.
- XIX. PARTICIPANTE:** é o empregado que adere ao Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

- XX. PARTICIPANTE ASSISTIDO:** é o Participante que esteja em gozo de benefício garantido por este plano.
- XXI. PARTICIPANTE ATIVO:** é o Participante que não esteja em gozo de benefício e não tenha optado por nenhum dos Institutos previstos no Regulamento do Plano.
- XXII. PARTICIPANTE REMIDO:** Participante Ativo que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), após a cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora.
- XXIII. PARTICIPANTE AUTOPATROCINADO:** Participante Ativo que optar pelo Instituto do Autopatrocínio, mantendo o pagamento da sua contribuição e da Patrocinadora, após a cessação do vínculo empregatício.
- XXIV. PATROCINADORA:** Empresa que patrocina Plano de Previdência Complementar Fechada em benefício dos seus empregados.
- XXV. PORTABILIDADE:** instituto legal que faculta ao Participante que rescindir o vínculo empregatício com a Patrocinadora, antes de entrar em gozo de benefício, transferir os recursos correspondentes ao saldo das Contas Participante e Patrocinadora de um Plano de Benefícios para outro, nos termos da legislação vigente.
- XXVI. REGULAMENTO:** documento obrigatório da entidade que estabelece as disposições de um Plano de Benefícios, disciplinando os direitos e deveres das partes envolvidas.
- XXVII. RENDA MENSAL POR PERCENTUAL DO SALDO:** valor mensal pago ao Participante ou aos seus Beneficiários, por prazo indeterminado, obtida pela aplicação de percentual escolhido sobre o saldo da Conta Benefício.
- XXVIII. RENDA MENSAL POR PRAZO DETERMINADO:** valor mensal pago ao Participante ou aos seus Beneficiários, por prazo determinado, escolhido pelo Participante, conforme Regulamento do Plano de Benefícios.

**XXIX. RENDA MENSAL POR PRAZO INDETERMINADO:** valor mensal pago ao Participante ou aos seus Beneficiários, por prazo indeterminado, calculado com base no saldo de Conta Benefício e a expectativa média de vida do Participante ou Beneficiário, conforme Regulamento do Plano de Benefícios.

**XXX. RESGATE:** Instituto que prevê o recebimento do saldo da Conta Participante, acrescido do Saldo de Conta da Patrocinadora, na forma do Regulamento, após cessação do vínculo empregatício.

**XXXI. SUBCONTA PORTABILIDADE:** subconta específica formada por valores transferidos de outros planos de Benefícios, sendo os valores recebidos de Entidades Abertas de Previdência Complementar e Sociedades Seguradoras bem como valores recebidos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

**XXXII. TERMO DE OPÇÃO:** documento apresentado ao Participante por ocasião da cessação do vínculo com a Patrocinadora para registro da sua opção por um dos Institutos previstos no Plano de Benefícios: Resgate, Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido (BPD) ou Autopatrocínio.

**XXXIII. VALOR MÍNIMO MENSAL DE REFERÊNCIA:** valor mínimo mensal que servirá como base para pagamento de benefício.

## **CAPÍTULO III – DOS PARTICIPANTES E BENEFICIÁRIOS**

### **Seção I – DO INGRESSO DO PARTICIPANTE**

**Art. 3º.** O pedido de inscrição como Participante do Plano de Benefícios poderá ser efetuado pelo interessado que for empregado da Patrocinadora, pela manifestação formal de vontade, mediante proposta de inscrição fornecida pela ANABBPprev, devidamente instruída com os documentos por ela exigidos.

**Art. 4º.** O Participante autorizará a cobrança das contribuições por desconto em folha de pagamento da Patrocinadora, conforme orientado pelo Regulamento do Plano, no ato de inscrição e indicará os seus Beneficiários no ato da inscrição ou a qualquer tempo.

**Parágrafo único.** O início de funcionamento do Plano dar-se-á com o efetivo recolhimento da primeira contribuição à ANABBPprev, retroagindo os seus efeitos ao primeiro dia do mês de competência da respectiva consignação em folha de pagamento da Patrocinadora, ou à data da aprovação do Plano pelo órgão governamental competente, se posterior.

**Art. 5º.** O Participante deverá comunicar à ANABBPprev qualquer alteração nos dados informados no momento da adesão ao Plano, inclusive aquelas relativas aos seus Beneficiários.

## **Seção II – DA PERDA DA QUALIDADE DE PARTICIPANTE**

**Art. 6º.** Perderá a condição de Participante aquele que:

- I. requerer sua saída do plano;
- II. falecer;
- III. receber integralmente os valores dos benefícios previstos no Plano;
- IV. optar pelo Instituto do Resgate previsto na Seção III do Capítulo VII, ao se desvincular da Patrocinadora;
- V. optar pelo Instituto de Portabilidade previsto na Seção II do Capítulo VII, ao se desvincular da Patrocinadora.

**§ 1º** O Participante que requerer o cancelamento da sua inscrição terá direito ao Instituto do Resgate previsto no artigo 37 deste Regulamento.

**§ 2º** Entende-se como cessação do vínculo a rescisão contratual do empregado, a renúncia ou o término do mandato sem recondução.

**§ 3º** Na ocorrência da hipótese prevista no inciso II deste artigo, é assegurado ao Beneficiário do Participante e, na falta deste, ao legítimo herdeiro reconhecido e autorizado judicialmente o direito ao recebimento do valor equivalente à Conta Benefício.



### **Seção III – DA REINSCRIÇÃO**

**Art. 7º.** O Empregado da Patrocinadora que tenha cancelado o Plano de Benefícios (ex-Participante) tem assegurado o direito de efetuar nova inscrição no ANABBPprev 2.

§ 1º Ocorrendo reinscrição na forma do *caput*, o valor equivalente de Resgate decorrente do cancelamento da inscrição anterior, cujo recebimento ainda não tenha ocorrido, será transferido para a Conta Participante.

§ 2º Ocorrendo reinscrição na forma do *caput*, o valor do saldo da Conta Patrocinadora não resgatável decorrente do cancelamento da inscrição anterior, cuja transferência para o fundo previdencial ainda não tenha ocorrido, será transferido para a Conta Patrocinadora.

§ 3º O Participante que realizou nova inscrição deverá cumprir novas carências para concessão de benefícios ou Institutos previstos no Regulamento.

### **Seção IV – DOS BENEFICIÁRIOS**

**Art. 8º.** O Participante poderá inscrever na proposta de adesão um ou mais Beneficiários para recebimento do benefício de Pensão por Morte do Participante Ativo ou Assistido previsto no Plano.

§ 1º O Beneficiário, pessoa física, é designado pelo Participante, a qualquer tempo, pelo preenchimento do termo de adesão, formulário de alteração/inclusão de Beneficiário, fornecido pela Entidade a que está vinculado, podendo o Participante indicar o percentual do saldo da Conta Benefício que caberá a cada um deles no rateio.

§ 2º O valor do benefício de Pensão por Morte é pago conforme determinado pelo Participante. Se o Participante não determinar o percentual de cada Beneficiário na ocasião da inclusão do respectivo beneficiário, o saldo da Conta Benefício será dividido, proporcionalmente, entre os Beneficiários indicados.

§3º Cancelada a inscrição do Participante, cessará automaticamente o direito dos Beneficiários ao recebimento de qualquer benefício previsto neste Regulamento, salvo se a inscrição for cancelada por falecimento do Participante.

## **CAPÍTULO IV – DO SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO**

**Art. 9º.** Considera-se salário de participação, o salário nominal mensal pago pela Patrocinadora ao Participante, excluídos quaisquer adicionais, encargos e horas extras.

**§ 1º** Em caso de Participante Autopatrocinado e de Participante Remido, o salário de participação corresponderá ao salário da data do desligamento, da suspensão da remuneração, da renúncia ou do término do mandato sem recondução, corrigido nas mesmas épocas e bases em que forem concedidos reajustes em caráter geral aos empregados da Patrocinadora.

**§ 2º.** O 13º salário não integrará o salário de participação tratado neste artigo.

## **CAPÍTULO V – DAS CONTAS DO PLANO**

**Art. 10º.** Para cada Participante será mantida uma conta individual, denominada Conta Participante, composta pelos recursos das Contribuições Básicas Mensais e Eventuais (aportes), pelas Subcontas Portabilidade Aberta e Fechada e pela Rentabilidade Líquida, deduzidos os valores destinados à cobertura das despesas administrativas do Plano.

**Art. 11.** A Conta Patrocinadora será composta pelas contribuições básicas mensais e eventuais vertidas pela Patrocinadora, conforme descrito no art. 49 deste Regulamento.

**Art. 12.** Os valores referidos nos artigos 10 e 11 serão transformados em Cotas na data do crédito à Conta Participante e à Conta Patrocinadora.

**Art. 13.** Na concessão do Benefício Previdenciário previsto neste Regulamento, calculado com base no saldo total da Conta Participante e da Conta Patrocinadora, será criada uma Conta Benefício para receber o montante dos recursos.

**Art. 14.** Os saldos da Conta Participante, da Conta Patrocinadora e da Conta Benefício serão atualizados pela variação da Cota estabelecida para atualização.

## **CAPÍTULO VI – DOS BENEFÍCIOS E SUAS CARACTERÍSTICAS**

**Art. 15.** Este plano oferece aos seus Participantes os Benefícios Previdenciários de:

- I. Aposentadoria Programada;
- II. Aposentadoria por Invalidez;
- III. Pensão por morte de Participante Ativo ou Assistido.

### **Seção I – DA APOSENTADORIA PROGRAMADA**

**Art. 16.** O Participante Ativo tornar-se-á elegível ao Benefício de Aposentadoria Programada quando preencher, concomitantemente, as condições:

- I. conte com pelo menos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade.
- II. rescinda o vínculo empregatício com a Patrocinadora.
- III. tenha cumprido a carência de 60 (sessenta) contribuições mensais

**§ 1º** A Aposentadoria Programada não será suspensa ou alterada se o participante retornar à atividade.

**§ 2º** Ocorrendo o falecimento do Participante, em gozo de Aposentadoria Programada, o saldo da Conta Benefício será pago aos Beneficiários indicados e, na falta destes, aos herdeiros legalmente habilitados até o término do prazo da duração do benefício ou do esgotamento do saldo de conta.

### **Seção II – DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**

**Art. 17.** O Benefício de Aposentadoria por Invalidez será concedido ao Participante, desde que requerido e satisfeitas as condições:

- I. Apresentação do atestado de invalidez permanente expedido pelo Órgão Oficial de Previdência;
- II. Tenha rescindido o vínculo empregatício com a Patrocinadora.

**§ 1º** A Aposentadoria por Invalidez vigorará a partir do recebimento do requerimento de benefício protocolado pela ANABBPprev.

**§ 2º** O valor do benefício de Aposentadoria por Invalidez será calculado com base no saldo total da Conta Benefício na data do requerimento e será pago na forma escolhida pelo Beneficiário, nos termos dos artigos 21 e 22, respectivamente, deste Regulamento.

**§ 3º** Ocorrendo o falecimento do Participante, em gozo de Aposentadoria por invalidez, o saldo da Conta Benefício será pago aos Beneficiários indicados e, na falta destes, aos herdeiros legalmente habilitados até o término do prazo da duração do benefício ou do esgotamento do saldo de conta.

**Art. 18.** O benefício de Aposentadoria por Invalidez do Participante que optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) será pago igual ao previsto no § 2º do artigo anterior.

### **Seção III – DA PENSÃO POR MORTE DE PARTICIPANTE ATIVO OU ASSISTIDO**

**Art. 19.** Os Beneficiários indicados pelo Participante farão jus ao benefício de Pensão por Morte do Participante Ativo ou Assistido no caso de falecimento do Participante.

**§1º** Na falta de indicação de Beneficiário do Participante (falecido), o saldo da Conta Benefício, se houver, será pago aos herdeiros legalmente habilitados, conforme Código de Processo Civil.

**§2º** Em caso de falecimento de Beneficiário em gozo de benefício, o saldo da Conta Benefício, se houver, será pago aos herdeiros habilitados, conforme Código Civil.

**Art. 20.** O valor do Benefício deste Plano será calculado com base no saldo da Conta Benefício, na data do requerimento e pago conforme opção feita pelo Beneficiário, nos termos dos artigos 21 e 22, respectivamente, deste Regulamento.

### **Seção IV – DAS OPÇÕES DE PAGAMENTO DOS BENEFÍCIOS**

**Art. 21.** O Participante Ativo ou o Beneficiário elegível a benefícios oferecidos neste plano, poderá optar pelas seguintes formas de pagamento:

- I. pagamento único de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta Benefício e transformação do saldo remanescente em Renda Mensal por Percentual do Saldo de 0,5% a 3%, calculada com base no saldo da Conta Benefício, recalculada anualmente;
- II. pagamento amento único de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta Benefício e transformação do saldo remanescente em Renda Mensal por Prazo Indeterminado, recalculada anualmente, com base na expectativa de vida do Participante; e
- III. pagamento único de até 25% (vinte e cinco por cento) do saldo da Conta Benefício e transformação do saldo remanescente em Renda Mensal por Prazo Determinado, não inferior a 10 (dez) anos.

§ 1º A opção pela forma do recebimento deve ser feita pelo Participante ou Beneficiário, por escrito, em formulário próprio fornecido pela ANABBPprev na data do requerimento do respectivo benefício.

§ 2º A renda mensal prevista nos incisos II e III do *caput* deste artigo será recalculada, anualmente, no 1º (primeiro) dia de junho, com base no saldo remanescente da Conta Benefício e a opção escolhida na data do requerimento do benefício.

§ 3º A renda mensal prevista no inciso I do *caput* será reajustada pela rentabilidade líquida do Plano.

**Art. 22.** Em caso de falecimento do Participante Ativo ou Assistido, o Beneficiário poderá optar por uma das formas de pagamento previstas nos incisos I, II e III do artigo 21 deste Regulamento.

**Art. 23.** Caso o valor de qualquer um dos benefícios previstos no *caput* do artigo 15 deste Regulamento resultar inferior ao Valor Mínimo Mensal de Referência, previsto neste Regulamento, o saldo da Conta Benefício será pago de uma única vez ao Participante ou ao Beneficiário na proporção indicada, conforme § 1º do artigo 8º, extinguindo-se, com o seu pagamento, as obrigações deste Plano com o Participante ou Beneficiário.

**Art. 24.** Para fins deste Regulamento, o Valor Mínimo Mensal de Referência será igual ao valor de R\$ 232,82 (duzentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos), em junho/2021, cujo valor será revisto sempre que necessário e justificadamente pelo Conselho Deliberativo.

**Parágrafo único.** O Valor Mínimo Mensal de Referência é reajustado anualmente, no 1º (primeiro) dia de junho pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE), acumulado nos últimos 12 meses.

**Art. 25.** O primeiro pagamento do Benefício Previdenciário previsto neste Regulamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao do requerimento protocolado na ANABBPprev. As demais parcelas serão pagas até o último dia útil do mês de competência.

**§ 1º** Ocorrendo pagamento indevido a maior, o valor apurado será ressarcido pelo Participante em prestações mensais não superiores a 30% (trinta por cento) da Renda Mensal por Aposentadoria.

**§ 2º** Na hipótese de pagamento efetuado a menor será assegurado ao Participante o pagamento da diferença corrigido com base na variação do INPC ou de índice que vier a substituí-lo, desde a data em que seria devido até seu efetivo pagamento.

## **CAPÍTULO VII – DOS INSTITUTOS**

**Art. 26.** Observadas as normas estabelecidas neste Regulamento, faculta-se ao Participante a opção por um dos seguintes Institutos:

- I. Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD);
- II. Instituto da Portabilidade;
- III. Instituto do Resgate;
- IV. Instituto do Autopatrocínio.

**§ 1º** A ANABBPprev fornecerá ao Participante, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da notícia da cessação do vínculo pela Patrocinadora, o Extrato Previdenciário, documento fornecido pela entidade, para subsidiar a opção pelos

Institutos.

**§ 2º** Após o recebimento do Extrato Previdenciário, o Participante terá o prazo de 60 (sessenta) dias para formalizar sua opção por um dos Institutos.

**§ 3º** O Participante que cessar o vínculo com a Patrocinadora antes de preencher os requisitos de elegibilidade a um dos Benefícios Programados e que não optou por um dos Institutos, no prazo previsto no § 2º deste artigo, será enquadrado automaticamente no Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD).

**§ 4º** Se o Participante questionar as informações do Extrato Previdenciário, o prazo para opção a que se refere o § 2º deste artigo será suspenso até que sejam esclarecidas as dúvidas em até 15 (quinze) dias úteis.

### **Seção I – DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD)**

**Art. 27.** O Participante Ativo poderá optar pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido, hipótese em que se tornará Participante Remido, quando optar por receber, em tempo futuro, o benefício decorrente dessa opção, desde que preenchidos, concomitantemente, os seguintes requisitos:

- I. cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora;
- II. não esteja habilitado a receber qualquer dos Benefícios Previdenciários previstos no artigo 15 deste Regulamento;

**Art. 28.** Ocorrerá a cessação da contribuição mensal para o benefício de Aposentadoria Programada a partir do requerimento do Benefício Proporcional Diferido (BPD), observado o disposto no parágrafo único deste artigo.

**Parágrafo único.** É facultado ao Participante que optar pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) realizar Contribuição Eventual (aporte) com o objetivo de melhorar o seu benefício, observado o disposto no parágrafo único do artigo 47 deste Regulamento.

**Art. 29.** O valor do Benefício Proporcional Diferido (BPD) corresponderá ao saldo da Conta Participante e ao saldo da Conta Patrocinadora, vigente na data da opção do Participante, atualizado mensalmente pela variação da Cota estabelecida para atualização.

**Art. 30.** O Participante Remido fará jus ao recebimento do Benefício Por Invalidez quando da confirmação da sua invalidez total e permanente.

**Parágrafo único.** Na morte do Participante Remido, o Beneficiário terá direito à Pensão por morte, conforme previsto neste Regulamento.

**Art. 31.** A opção do Participante pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) não impede o exercício do Resgate ou da Portabilidade nos termos deste Regulamento, desde que adquiridas as condições de elegibilidade.

## **Seção II – DA PORTABILIDADE**

**Art. 32.** O Participante Ativo poderá optar pelo Instituto da Portabilidade, podendo transferir os recursos financeiros correspondentes ao saldo das Contas Participante e Patrocinadora para outro plano de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada a operar o referido plano, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I. cessação do vínculo com a Patrocinadora;
- II. ter, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses de vínculo com o Plano;
- III. não esteja em gozo de qualquer um dos Benefícios Previdenciários previstos no artigo 15 deste Regulamento.

**Parágrafo único.** O disposto no inciso II do *caput* deste artigo não se aplica à Portabilidade de recursos transferidos de outro plano de previdência complementar para o Plano ANABBPprev 2.

**Art. 33.** A Portabilidade de recursos do Plano ANABBPprev 2 terá caráter irrevogável e irretratável e o seu exercício implicará no cancelamento da inscrição do Participante neste Plano, extinguindo-se todas as obrigações do Plano com o Participante e seus Beneficiários.

**Art. 34.** Os recursos a serem portados corresponderão ao valor do saldo das Contas Participante e Patrocinadora.

**Art. 35.** O direito do Participante Ativo no Plano de Benefícios, conforme Nota Técnica Atuarial, corresponde ao valor do saldo das Contas Participante e



Patrocinadora, na data da opção pela Portabilidade.

**Parágrafo único.** O recurso a ser portado será atualizado pelo valor da Cota do período compreendido entre a data base do cálculo e a transferência dos recursos para o Plano de Benefícios receptor.

**Art. 36.** A ANABBPprev recepcionará os recursos portados de outros Planos de Benefícios, creditando-os na Subconta Portabilidade, com registro contábil separado e específico, até a data da concessão de benefício ou Instituto do Participante aos Benefícios Previdenciários previstos no artigo 15 deste Regulamento.

### **Seção III – DO RESGATE**

**Art. 37.** O Participante Ativo poderá optar pelo Instituto do Resgate, desde que cumpra cumulativamente os seguintes requisitos:

- I. cessação do vínculo com a Patrocinadora; e
- II. não esteja em gozo de qualquer um dos Benefícios Previdenciários previstos no Artigo 15 deste Regulamento.

§ 1º O exercício do Resgate implica na cessação dos compromissos do Plano com o Participante e seus Beneficiários.

§ 2º Caso o Participante possua no plano recursos oriundos de Entidade Fechada de Previdência Complementar, o efetivo saque do Resgate somente será facultado ao Participante após a efetiva realização da Portabilidade daqueles recursos.

§ 3º É permitido o Resgate de valores portados para este Plano, constituídos em Plano de Previdência administrado por entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora.

**Art. 38.** O Resgate será efetuado em pagamento único ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, por opção do Participante, acrescidas da rentabilidade líquida apurada na aplicação desses recursos, correspondendo:

- I. ao saldo de Conta Participante; e
- II. saldo de Conta Patrocinadora, conforme tabela a seguir:

<b>Tempo de Vinculação à Patrocinadora</b>	<b>Parcela Resgatável</b>
Até 3 anos incompletos	0%
De 3 anos completos a 7 anos incompletos	20%
De 7 anos completos a 11 anos incompletos	50%
De 11 anos completos a 15 anos incompletos	80%
Acima de 15 anos	100%

§ 1º Considera-se como tempo de vinculação à Patrocinadora para efeito da aplicação da tabela referida no inciso II do *caput* deste artigo, o tempo referente ao contrato de trabalho somado ao tempo de permanência no Plano como Autopatrocinado.

§ 2º No caso de opção do Participante pelo pagamento parcelado cada parcela vincenda será atualizada pela variação da Cota.

§ 3º O pagamento a que se refere o *caput* deste artigo será feito até o 5º dia útil do mês subsequente ao do pedido, deduzido o custeio administrativo, conforme Regulamento e Plano de Custeio.

#### **Seção IV – DO AUTOPATROCÍNIO**

**Art. 39.** O Autopatrocínio permite ao Participante manter o valor de sua contribuição e a da Patrocinadora para o Plano, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios previstos neste Regulamento.

§ 1º O Participante deve formalizar a opção pelo Autopatrocínio, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento do extrato previdenciário, devendo integralizar todas as contribuições relativas no período.

§ 2º A opção do Participante pelo Autopatrocínio não impede o posterior exercício da opção pelos Institutos do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate nos termos deste Regulamento.

§ 3º É facultado ao Participante Autopatrocinado rever o percentual de sua contribuição na data de aniversário da respectiva opção, sendo necessário uma formalização prévia de 45 (quarenta e cinco) dias.

**Art. 40.** As contribuições vertidas ao Plano, em decorrência do Autopatrocínio, serão entendidas, em qualquer situação, como contribuições pertencentes ao Participante.

## **Seção V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 41.** A falta de formalização do Participante por um dos Institutos previstos neste Capítulo terá presumida a sua opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD)

## **CAPÍTULO VIII – DA CONTRATAÇÃO DE SEGUROS**

Art. 42. A EFPC poderá contratar junto a sociedade seguradora autorizada a operar no Brasil cobertura para os seguintes eventos, observada a legislação vigente:

- I. invalidez de Participante Ativo;
- II. falecimento de Participante Ativo ou Assistido; e
- III. sobrevivência de Assistido.

§ 1º As coberturas, assim como o recolhimento das respectivas contribuições, ficam condicionadas à existência de contrato válido entre a EFPC e sociedade seguradora, bem como à aceitação do Participante ou Assistido na qualidade de segurado quanto à respectiva cobertura.

§ 2º A adesão dos Participantes a qualquer das coberturas previstas neste artigo é facultativa, podendo ser feita isolada ou conjuntamente, e sua contratação se dará, exclusivamente, por meio da EFPC.

§ 3º Os Participantes optantes pelas coberturas de que tratam os incisos I e II do *caput* deverão recolher as contribuições devidas, conforme definidas no contrato respectivo, à EFPC a quem compete o repasse à sociedade seguradora.

§ 4º Observadas as disposições constantes de contrato entre a EFPC e a sociedade seguradora, que não poderá contrariar este Regulamento, não haverá coberturas para eventos de invalidez e morte de Participantes inadimplentes independentemente de notificação prévia.

§ 5º O custeio da cobertura prevista no inciso III do *caput* consistirá no recolhimento pela EFPC à sociedade seguradora, na data de concessão do benefício de Renda Mensal previsto no Capítulo VI, de parcela da reserva de poupança do Participante, em valor correspondente à cobertura securitária contratada.

Art. 43 As indenizações recebidas da sociedade seguradora decorrentes de contratação das coberturas previstas nos incisos I e II do *caput* do art. 42 serão adicionadas à Conta de Participante para concessão do Benefício de Renda Mensal previsto na Seção I do Capítulo VI.

Art. 44 As indenizações recebidas pela EFPC em decorrência da cobertura prevista no inciso III do *caput* do art. 42 serão convertidas em renda mensal nas condições pactuadas com a sociedade seguradora, estando a responsabilidade da EFPC limitada ao valor da indenização recebida relacionada a cada Assistido que aderiu ao seguro.

## **CAPÍTULO IX – DO PLANO DE CUSTEIO**

### **Seção I – DAS CONTRIBUIÇÕES**

**Art. 45.** Os benefícios deste Plano serão custeados pelo aporte das seguintes contribuições:

- I. Contribuição Básica Mensal do Participante;
- II. Contribuição Básica Mensal da Patrocinadora;

III. Contribuição Eventual do Participante;

IV. Contribuição Eventual da Patrocinadora.

## **Seção II – DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES**

**Art. 46.** A Contribuição Básica Mensal do Participante, de caráter mensal e obrigatório, será fixada na data de ingresso no Plano, em percentual do seu salário de participação, respeitando o valor mínimo de R\$ 97,11 (noventa e sete reais e onze centavos), em junho/2021, e os limites apresentados nos termos do Plano de Custeio Previdencial aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo.

**Parágrafo único.** O valor mínimo de que trata o *caput* deste artigo será reajustado anualmente pelo INDICE DE REAJUSTE acumulado dos 12 (doze) últimos meses.

**Art. 47.** O valor da Contribuição Básica Mensal do Participante, respeitado o art. 46 deste Regulamento, é definido ao ingressar no Plano de Benefícios, podendo ser alterado pelo Participante, a qualquer tempo, mediante formulário fornecido pela ANABBPprev, respeitado o prazo de 90 (noventa) dias da última alteração.

**Art. 48.** A Contribuição Eventual do Participante (aporte) corresponderá a um percentual do seu salário de participação não inferior ao valor da contribuição mínima.

§ 1º Não há contrapartida da Patrocinadora para a Contribuição Eventual do Participante.

§ 2º No caso de Participante que tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido, a Contribuição Eventual não poderá ser inferior a contribuição mínima.

## **Seção III – DAS CONTRIBUIÇÕES DA PATROCINADORA**

**Art. 49.** A Contribuição Básica Mensal da Patrocinadora corresponderá a 100% (cem por cento) da contribuição efetuada pelo Participante, respeitados os limites e percentuais aplicados sobre o salário de participação apresentados nos termos do Plano de Custeio Previdencial aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º A contribuição da Patrocinadora poderá ser ajustada anualmente por ocasião da aprovação do plano de custeio do ANABBPprev 2, observando, quando cabível, o Acordo Coletivo de Trabalho da Patrocinadora.

§ 2º Os Participantes que não estiverem recebendo remuneração da Patrocinadora não farão jus à contribuição prevista neste artigo.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao Participante em gozo de auxílio-doença, auxílio-reclusão ou que estiver recebendo salário-maternidade da Previdência Social Oficial.

**Art. 50.** Os saldos da Conta Patrocinadora não resgatáveis, em virtude do contido no inciso II do artigo 38 deste Regulamento, serão destinadas à constituição de fundo para cobrir eventuais insuficiências do Plano ou a suportar melhoria dos benefícios.

**Parágrafo único.** O saldo da Conta Patrocinadora que se referem o *caput* deste artigo serão utilizadas conforme descrito no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo desta entidade, respaldado em parecer atuarial.

**Art. 51.** As Contribuições Eventuais da Patrocinadora são de natureza voluntária, não paritárias, fixadas em valores independentes dos vertidos pelos Participantes, cabendo à Patrocinadora estabelecer regra específica para distribuição do(s) valor(es), de forma não discriminatória, a todos os Participantes.

**Art. 52.** Não haverá contribuição da Patrocinadora:

- I. para os Participantes que não estiverem recebendo remuneração da Patrocinadora, ressalvados aqueles Participantes em gozo de auxílio-doença, auxílio-reclusão ou salário-maternidade custeada por Órgão Oficial de Previdência;
- II. para os Participantes que optaram por um dos Institutos previstos neste Regulamento;
- III. em contrapartida a Contribuição Eventual (aporte) feita pelo Participante conforme Regulamento.

#### **Seção IV – DO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES**

**Art. 53.** As Contribuições Básicas mensais dos Participantes e da Patrocinadora serão recolhidas à ANABBPprev pela Patrocinadora no mesmo dia do pagamento da sua folha mensal de salários.

**§ 1º** O recolhimento das contribuições será feito juntamente com outras eventuais contribuições destinadas à ANABBPprev.

**§ 2º** No caso de não ter sido descontado do respectivo salário o valor das contribuições devidas por força deste Regulamento, ficará a Patrocinadora obrigada a recolhê-la diretamente à ANABBPprev até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de competência do fato gerador da contribuição, observando o disposto no artigo 54 deste Regulamento.

**§ 3º** O disposto no parágrafo anterior não se aplica a Participantes que estão sem remuneração da Patrocinadora, no caso de auxílio-doença ou afastamento.

**Art. 54.** O não recolhimento das contribuições descontadas do Participante pela Patrocinadora e não recolhidas à ANABBPprev até a data descrita conforme artigo 53, acarretará:

- I. na atualização monetária dos valores até a data do efetivo recolhimento;
- II. na cobrança de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês ou sua equivalência diária aplicável sobre o valor devido e não pago;
- III. na multa de 1% (um por cento) ao mês ou fração sobre o valor apurado para incidência das taxas administrativas (carregamento e administração).

**§ 1º** Os valores pagos a título de juros e multa serão destinados para o Programa Administrativo da ANABBPprev e os demais serão incorporados às respectivas reservas a que estiverem vinculadas às contribuições que lhes deram origem.

**§ 2º** O atraso no recolhimento das contribuições pela Patrocinadora não prejudicará o direito dos Participantes cujas contribuições embora descontadas não tenham sido recolhidas à ANABBPprev.

**§ 3º** O não recolhimento por três meses consecutivos das contribuições devidas,

nos termos deste Regulamento, o Participante ficará licenciado, após o decurso do prazo de trinta dias da notificação para pagamento do débito.

§ 4º Ocorrendo o licenciamento da inscrição de Participante, na forma deste artigo, cessarão as contribuições vertidas pela Patrocinadora até que o Participante regularize sua situação. No retorno do Participante ao trabalho as contribuições voltam a ser descontadas normalmente.

## **CAPÍTULO X – DO CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

**Art. 55.** As despesas administrativas relativas a este Plano serão custeadas pela Patrocinadora, Participantes Ativos, Participantes Assistidos, Participantes Autopatrocinados, Participantes Remidos, Beneficiários, Custeio dos Investimento e outras fontes, de acordo com a legislação vigente, nos termos do Plano de Custeio Administrativo anualmente aprovado pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º A ANABBPprev deve divulgar o valor destinado à cobertura das despesas administrativas no ato da inscrição do Participante ao Plano de Benefícios e quando das alterações no Plano de Custeio.

§ 2º A parcela do custeio para cobrir as despesas administrativas poderá ser retirada das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios pela Patrocinadora e pelos Participantes, conforme *caput*.

§ 3º A taxa de carregamento administrativo mensal poderá ser descontada dos Participantes Assistidos e dos Beneficiários incidindo sobre o valor do benefício mensal que lhes for pago.

§ 4º O Participante Remido arcará com o custeio da sua participação na taxa administrativa, definido com base no Plano de Custeio anual.

## **CAPÍTULO XI – DAS ALTERAÇÕES DO PLANO**

**Art. 56.** Este Regulamento só poderá ser alterado por iniciativa da maioria absoluta dos membros da Diretoria Executiva da ANABBPprev ou por iniciativa da Patrocinadora, desde que submetido à decisão do Conselho Deliberativo e



aprovação do órgão oficial competente.

**Parágrafo único.** As alterações aplicam-se a todos os Participantes e Assistidos, observado o direito adquirido de cada um deles, não podendo, em qualquer hipótese, contrariar o Estatuto Social da ANABBPprev, nem reduzir benefício já concedido.

**Art. 57.** Nenhum benefício poderá ser criado, alterado ou estendido por este Plano sem que a sua contrapartida seja estabelecida na respectiva fonte de custeio.

**Art. 58.** A retirada da Patrocinadora dar-se-á na forma estabelecida pelo Convênio de Adesão, observada a legislação aplicável.

## **CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 59.** O direito ao benefício do Plano não prescreve. Todavia, os valores não requeridos prescreverão no prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data em que seriam devidos, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma do Código Civil.

**Parágrafo único.** os valores não requeridos e não destinados aos herdeiros, nos prazos previstos e não enquadrados no Código Civil, serão destinados ao Fundo Previdencial Específico.

**Art. 60.** Ao Participante será entregue cópia do Estatuto da ANABBPprev, deste Regulamento e original do Certificado de Participação, em linguagem simples e precisa, descrevendo as características do plano de benefícios, sem prejuízo de outros documentos exigidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

**Art. 61.** A ANABBPprev fornecerá, anualmente, a cada Participante ou Beneficiário, extrato registrando a movimentação financeira ocorrida no período e o saldo da Conta Participante.

**Art. 62.** Os casos omissos e as dúvidas no entendimento deste Regulamento serão decididos pela Diretoria Executiva da ANABBPprev. Havendo recursos contra

decisão da Diretoria Executiva, estes serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo da ANABBPprev, ouvida a Patrocinadora quando pertinente e observada a legislação vigente, assim como os princípios gerais do Direito.

### **CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 63.** Na ocorrência de alteração da legislação da previdência complementar, dos padrões monetários ou de qualquer outro evento que onere os encargos da ANABBPprev e deste plano, antecipando pagamento de benefício ou majorando seu valor, além do previsto na avaliação atuarial, estes novos encargos terão sua admissão acatada pela ANABBPprev, desde que Participantes e Patrocinadora participem da receita para sua cobertura.

**Art. 64.** Nenhuma disposição do Estatuto Social da ANABBPprev ou deste Regulamento poderá ser interpretada como restritiva dos direitos previstos na legislação da previdência complementar.

**Art. 65.** O benefício devido ao Participante, aos seus Beneficiários ou aos seus herdeiros não poderá ser objeto de penhora, sendo nula de pleno direito sua venda ou cessão ou a constituição de qualquer ônus, assim como a outorga de poderes irrevogáveis para o seu recebimento.

**Art. 66.** Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo órgão público competente.